



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais e diante do que dispõem o Artigo 1º, Incisos IV e Art. 2º, Inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 84.**

**CONSIDERANDO** que graves problemas e desorganização de ordem administrativa, encontrados por Prefeitos recém-empossados, podem ensejar a decretação de estado de emergência;

**CONSIDERANDO** que para a edição dos citados decretos municipais, é necessária a delimitação do objeto, estritamente vinculado à situação emergencial verificada no município;

**CONSIDERANDO** que o atendimento de situação anormal exige a adoção de providências urgentes, visando resguardar a segurança de pessoas, obras, serviços e outros bens públicos e particulares;

**CONSIDERANDO** a competência constitucional desta Corte de Contas de proceder a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade da gestão de recursos e bens públicos;

**CONSIDERANDO** o relatório e a proposta que passam a fazer parte integrante desta,



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2013**

*Disciplina a fiscalização especial e extraordinária do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em relação às Prefeituras que decretam estado de emergência administrativa e financeira.*

**Art. 1º - O ato que decretar o estado de emergência administrativa e financeira deverá precisar a situação anormal abrangida, restando vedada a edição de atos com objeto não delimitado, genérico ou de efeito ampliativo inespecífico.**

**Parágrafo Único - Em caso de não observância do *caput* deste artigo, a análise da regularidade das contratações porventura decorrentes da decretação emergencial, será feita com base no cotejamento entre a situação anormal verificada no município e o relatório circunstanciado, exigido na alínea “a”, do Art. 3º, desta Instrução Normativa.**

**Art. 2º- O estado de “emergência administrativa e financeira” não exime a demonstração da obtenção da melhor contratação possível para atender a necessidade emergencial.**

**Parágrafo Único - O Administrador não estará isento da responsabilidade com a normalização do serviço público afetado, nem pelo dano causado à Fazenda Pública, no caso de comprovado superfaturamento<sup>1</sup>.**

**Art. 3º - Os gestores municipais que declararem situação de emergência em decorrência de grave anormalidade administrativa deverão remeter a este Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no prazo de 30 dias, os seguintes documentos e informações:**

---

1

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

o

§ 2 Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

- a) relatório circunstanciado motivando de forma precisa e minuciosa todas as ocorrências que ensejaram a situação de emergência;**
- b) comprovar as medidas administrativas e/ou as ações judiciais propostas para reparar eventual dano sofrido pelo erário municipal e responsabilizar os supostos agentes causadores, acompanhado de cópia dos respectivos documentos;**
- c) a base legal que fundamentou a expedição do ato;**

**Art. 4º - Os contratos firmados, durante o período alcançado pela decretação de emergência, cuja licitação tenha sido dispensada com base no Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93<sup>2</sup>, e seus respectivos processos, deverão ser encaminhados a este Tribunal de Contas, no prazo de até 30 (trinta) dias de sua assinatura.**

**§ 1º - Os contratos celebrados antes da vigência desta Instrução Normativa deverão ser encaminhados no prazo de 15 (quinze) dias da publicação deste ato, com os documentos exigidos pelo Art. 2º;**

**§ 2º - Os bens adquiridos e/ou os serviços contratados devem ser destinados exclusivamente à solução dos problemas que deram causa à situação emergencial;**

**§ 3º - No caso da contratação direta, decorrente da decretação de situação de emergência, sem prejuízo das demais exigências legais, deverá, no que couber, observar o seguinte procedimento:**

- a) solicitação do material ou serviço, com descrição clara do objeto e justificativa de sua necessidade;**



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

- b) especificação do objeto e, nas hipóteses de aquisição de material, das unidades e quantidades a serem adquiridas;**
- c) apresentação de projeto básico e/ou executivo para obras e serviços, no que couber;**
- d) indicação dos recursos para a cobertura da despesa;**
- e) pesquisa de preços em, pelo menos, três fornecedores do ramo do objeto licitado. Caso não seja possível, formular nos autos a devida justificativa;**
- f) juntada aos autos do original ou cópia autenticada ou conferida com o original das propostas, dos documentos de habilitação exigidos do proponente ofertante do menor preço ou da melhor proposta;**
- g) autorização do ordenador de despesa;**
- h) emissão da nota de empenho;**
- i) assinatura do contrato ou retirada da carta-contrato, nota de empenho, autorização de compra ou ordem de execução do serviço, quando for o caso.**

**Parágrafo único:** A apresentação dos documentos elencados nos itens “g”, “h” e “i” são absolutamente obrigatórios.

**Art. 5º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a partir do dia 1º de janeiro de 2013.**

**Belém, 05 de março de 2013.**

**Conselheiro José Carlos Araújo**

**Conselheira Mara Lucia**

**Conselheiro Cezar Colares**

**Conselheiro Aloisio Chaves**

**Conselheira Rosa Hage**

**Conselheiro Daniel Lavareda**

**Conselheiro Antônio José Guimarães**